

-----**ACTA N.º 23/2009**-----

-----Aos dois dias do mês de Dezembro de 2009, pelas dez horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores:-----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Júlio Manuel dos Santos;-----

-----Victor Martins Santos;-----

-----António Graça Silva.-----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro, Técnica Superior.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, procedendo à abertura de um período de “Antes da Ordem do Dia”, com quinze minutos de duração.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** começou por dizer que é com alguma preocupação que verifica que Celorico da Beira ocupa o 4.º lugar na listagem da DGAL, sobre o prazo médio de pagamento a fornecedores, com um prazo excessivamente extenso, pretendendo saber o que provocou esta situação, bem como quais as medidas que o Executivo pretende encetar para reverter esta situação.-----

-----Solicitou que fosse disponibilizada uma listagem com periodicidade semestral, onde constem os pagamentos efectuados a fornecedores, bem como o registo da dívida, num período de 3 a 6 meses, com o registo da respectiva factura e data. -----

-----De seguida referiu-se à reunião onde foi aprovada a 6.ª alteração ao orçamento e GOP's, para dizer que na altura não se tinha pronunciado sobre a mesma, porque não tinha na sua posse os elementos necessários para uma correcta análise, entre eles o protocolo de cedência de espaço celebrado entre a Câmara Municipal e a Coceba. Continuou dizendo que depois de o documento ter sido facultado, verificou que se trata de uma renda anual de 42 000€, a pagar por duodécimos até ao ano de 2012, pretendendo saber o que é que provocou a alteração para o montante, de 142 000€ registado na mencionada alteração.-----

-----Sobre o assunto que enviou para ser agendado nesta ordem de trabalhos relativo ao Licenciamento do Lar de Idosos de Vila Boa do Mondego, deduziu que o mesmo não foi incluído, pelo facto de não ter sido cumprido o prazo legal para a sua apresentação. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** disse que também tinha algumas umas questões a colocar, a saber:-----

-----Balanço do Festival da Castanha; -----

-----Seguro dos Eleitos Locais – Vereadores e Presidente da Câmara; ----

-----Situação dos funcionários, Dr. João Paulo e D. Ana Maria Pina;-----

-----Restituição ao Senhor Presidente da Câmara da verba em que foi condenado em Tribunal a pagar. -----

-----De seguida, o Senhor Vereador propôs que fossem incluídas na ordem de trabalhos, para deliberação, as seguintes propostas: -----

-----1 – Criação de lugares de estacionamento na Rua da Corredoura, junto ao quiosque; Bairro de Santa Luzia, junto ao café Casulo e café Torres e Praceta Sacadura Cabral; -----

-----2 – Accionamentos dos mecanismos legais com vista à reversão dos lotes do Parque Industrial que não cumpriram as imposições previstas no loteamento. -----

-----Em relação ao prazo médio de pagamento, o Senhor **Vereador António Silva** referiu que no ano de 2005, quando este Executivo tomou posse, esse prazo rondava os 800 dias. Actualmente, houve uma redução na ordem dos 50%, com uma forte tendência de decréscimo, até porque a aprovação do PREDE - Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas, assim o obriga.-----

-----Disse que este Executivo foi conseguindo recuperar económica e financeiramente, através de um conjunto de candidaturas, que levou a que a autarquia co-financiasse obras a 70% e a 75%, o que significa que 25% eram relativas a auto-financiamento. -----

-----Referiu que esta Autarquia esteve no limiar do reequilíbrio financeiro, que foi sendo sucessivamente contrariado, através da apresentação de medidas de contenção da despesa, tendo o Executivo conseguido caminhar para o equilíbrio. Referiu que para esta situação de eminente reequilíbrio financeiro contribuiu a grave conjuntura, herdada por este Executivo em 2005, com uma situação financeira desastrosa, para a qual a EMCEL também deu um forte contributo, com um registo de dívida que ascendia a 1,8 milhões de euros. -----

-----Continuou dizendo que este Executivo trabalhou para inverter a situação e, na EMCEL, logo em 2006, houve sinais de retoma com resultados operacionais próximos do zero e em 2007 e 2008 com resultados operacionais positivos. Situação que contribuiu fortemente para que a autarquia pudesse apresentar e posteriormente ver a candidatura ao PREDE aprovada, cujo montante se cifra em, aproximadamente 4 milhões de euros. -----

-----O Senhor Vereador referiu ainda que o prazo de pagamento aumentou porque a própria dívida também aumentou, que ficou a dever-se,

entre outros motivos, ao facto de nos anos de 2008 e 2009 não estar contabilizada dívida, que tinha sido contraída no mandato do ora Vereador, Senhor Júlio Santos e que ascendia a dois milhões de euros, enumerando o caso da Firma Chupas&Morrão que se encontra em Tribunal; a contestação dos funcionários desta autarquia, mais os encargos financeiros que daí advêm, por acção interposta pelo STAL, por perseguição política a esses funcionários, também no mandato do referido Vereador. Referiu ainda que houve outras condenações relativas a dívidas anteriores, que não estavam contabilizadas e que provocaram um aumento inesperado da despesa. -----

-----Sobre a dívida a fornecedores o Senhor Vereador disse que essa informação foi disponibilizada, aquando da aprovação das contas da autarquia a todos os Vereadores e Deputados Municipais. -----

-----Ainda sobre o PREDE informou que a autarquia com a aprovação desta candidatura terá que equacionar a execução de obras, porque estas terão que ser realizadas com recurso a meios próprios da autarquia, bem como terá que ser feita uma correcta valorização do património existente. ---

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que, na sua opinião, o PREDE não irá solucionar o problema das dívidas da autarquia a fornecedores, porque se trata somente de uma transferência de dívida e a verdadeira questão está na necessidade de reduzir despesa. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre se era possível neste momento saber qual o valor da dívida da autarquia Celoricense.-----

-----Continuou dizendo que, em 2001, na altura que saiu da Câmara Municipal, tinha contraído dois empréstimos num total de 950 mil contos, que foram aprovados tanto no Executivo como na Assembleia Municipal, para além disso tinha dívidas a fornecedores no valor de 200 mil contos, tudo o resto terão que pedir satisfações a outros que não ele. -----

-----Relativamente às dívidas não tituladas, referiu que quando uma acção vai para Tribunal nunca se sabe se se ganha ou se se perde. -----

-----Relativamente às candidaturas da autarquia e respectivo financiamento a 75%, informou que aquando da sua passagem por esta edilidade o valor de comparticipação ascendeu aos 95%, designadamente o projecto de requalificação da Pousada de Linhares a Beira, que representou somente um esforço financeiro de 5% para o Município. -----

-----Relativamente à adjudicação das estradas, informou que na altura a Câmara adjudicou várias estradas, entre elas, a de Vale de Azares, por um valor de 150 mil contos. Referiu que dentro dessa obra, para além dos trabalhos contratados a Câmara podia exceder esse valor até 50%, em trabalhos a mais e trabalhos imprevistos. Acontece que foram feitos trabalhos para além dos 50% e foram estes trabalhos que não foram pagos ao empreiteiro Chupas&Morrão, ou seja a medição dos trabalhos que se realizaram é que não foi paga. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que esta situação nunca lhe tinha sido referida deste modo e assim sendo, lamenta e responsabiliza os técnicos que então trabalhavam na autarquia pelo facto de terem conhecimento do sucedido e nunca o terem informado desses factos. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** solicitou que fique escrito em acta que o Senhor Vereador Júlio Santos havia dito que a Pousada de Linhares da Beira custou somente 5% aos cofres da autarquia. Disse que iria averiguar se efectivamente assim tinha sido e se o autarca tinha pago esses 5%.---

-----Em relação aos empréstimos de 2001, disse que feliz do autarca que encontra uma autarquia sem dívidas, no entanto constituiu-a. Mencionou o facto de um empréstimo de 2,5 milhões de euros, ter sido usado, em parte, para financiamento de uma Fundação, que não tem reconhecimento legal. Disse que este é um assunto que vai ter que ser discutido neste Executivo e

a confirmar-se será pedido a nulidade das deliberações tomadas, sendo certo, a reversão de todos os bens que são de pleno direito da autarquia Celoricense. Relembra que a obra da Variante que foi do mandato do Senhor Vereador Júlio Santos custa actualmente aos cofres desta Câmara, mais de 50 mil euros, mensais. -----

-----Questionou sobre qual foi a aplicação directa dos empréstimos que contraiu, referindo que, esses empréstimos também foram herdados por este Executivo, que os está a pagar, concluindo que efectivamente assim é muito fácil ser-se Presidente da Câmara em Celorico da Beira. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** disse que este Executivo tem que reter um facto, sem dívida não há obra. -----

-----Relativamente à Fundação referiu que esta foi aprovada pela maioria do PS na Assembleia Municipal.-----

-----Disse que há 4 anos atrás tinha enviado um ofício para esta Câmara Municipal, na qualidade de Presidente da Fundação, onde expunha a situação da Fundação, que, tal como disse, foi constituída com a aprovação da Assembleia e com os votos do PS e tinha como objectivo principal criar uma escola profissional. Após ter sido questionado sobre o preço do custo do edifício respondeu que tinha sido comprado por mil escudos. -----

-----O Senhor Vereador disse não compreender o porquê de tanta indignação da parte do Senhor Vereador António Silva, porque tanto quanto lhe é dado saber o Senhor Vereador António Silva também é dono da Coceba, para o que quer e lhe apetece.-----

-----Depois de o Senhor Vereador António Silva ter reagido a estas palavras, o Senhor Vereador Júlio Santos referiu-se ao Senhor Vereador nos seguintes termos “O Senhor faz-me lembrar aqueles miúdos que deitam os foguetes e apanham as canas”, palavras que constam desta acta por solicitação do Senhor Vereador António Silva.-----

-----Ainda quanto à Fundação lembrou que a Câmara tem o direito de nomear dois elementos para o Conselho Fiscal e no ofício enviado

solicitava que a Câmara Municipal nomeasse os seus representantes para integrarem esses órgãos.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que havia uma deliberação de reunião de Câmara do anterior executivo, onde tinha sido aprovado que a Câmara Municipal se retirava dos órgãos da Fundação, por não a reconhecer com tal, tendo na altura encetado uma série de medidas para esse fim.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** referiu que a Câmara não tem poderes para anular a Fundação, não obstante estar no seu pleno direito de não querer fazer parte dos seus órgãos, frisando que a única instância que poderá extinguir a Fundação, não são os Tribunais, mas sim ela própria.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** começou por dizer que, em primeiro lugar estava a criar-se nestas reuniões do Executivo Municipal, uma situação completamente anómala, porque perante este cenário, parece que quem ganhou as eleições para a autarquia não foi o PS, mas sim o PSD e o Movimento de Apoio ao Senhor Vereador Júlio Santos. -----

-----Mas a realidade é outra, quem ganhou as eleições autárquicas de uma forma indiscutível foi o Partido Socialista, que tem maioria neste órgão e como tal, quem ganha governa e ponto final.-----

-----Continuou dizendo que para se fazer um trabalho construtivo é da opinião que este deveria ser feito em conjunto, mas parece que estão a pensar que podem vir para este órgão “crucificar” três pessoas que trabalharam durante 4 anos e continuarão a trabalhar em prol do desenvolvimento do concelho de Celorico da Beira, como se tratassem de meros figurantes, mas estamos a falar do Executivo Socialista que tem maioria absoluta neste órgão. -----

-----Disse que reconhece competências ao Senhor Vereador António Silva que ocupa a área de gestão deste município e a sensação que fica no ar, segundo a opinião da oposição é de que aquilo que este executivo fez foi mal feito. Mas presentemente, estão a pagar pelas extravagâncias e má gestão de anteriores mandatos. As obras sem abertura de procedimentos, os funcionários que deveriam ter sido promovidos e não foram, os processos movidos pelo Tribunal e a que esta Câmara é alheia, mas obrigada a pagar por esses erros cometidos ao longo de vários mandatos. Disse que a má governação desta autarquia tem responsáveis e quem a fez que assuma essa responsabilidade. -----

-----Questionou ainda o Senhor Presidente da Câmara se tinha dado ordem para ser retirado o outdoor do Partido Socialista colocado no Bairro de Santa Luzia, onde estava a sua fotografia e, por milagre apareceu colocado dentro do parque de estacionamento desta Câmara. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse não ter dado ordens nesse sentido. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** concorda com o Senhor Vereador José Luís e, efectivamente, que quem ganha governa, porque foi para isso que foram eleitos e trabalham na autarquia, mas de 15 em 15 dias, doa a quem doer, vai questionar o Executivo sobre o trabalho que fazem, porque esse é um direito que adquiriu quando foi eleito Vereador deste Município.--

-----Para o Senhor Vereador a democracia é o governo no qual os representantes eleitos livremente pelo povo exercem a sua governação, mas têm que prestar contas dessa governação e também devem aceitar as boas e as más heranças deixadas pelos executivos anteriores. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** solicita ao Senhor Vereador Júlio Santos uma resposta na próxima reunião, sobre uma deliberação que consta da acta de Câmara do dia 18/5/98, no que concerne ao

encerramento da Creche “O Moinho”, bem como o que consta da acta do dia 31/3/98, em que foi deliberado o corte da luz, água e gás à referida Creche. -----

-----De seguida entregou a listagem solicitada pelo Senhor Vereador Júlio Santos na anterior reunião, sobre o número de funcionários da Creche Municipal.-----

-----Dirigindo-se ao Senhor Vereador José Luís, o Senhor **Vereador Victor Santos** disse que após as eleições o tinha felicitado pela vitória do PS, mas não concorda quando afirma que “quem ganha governa e ponto final”, porque, a governação faz-se de acordo com a lei e com regras e normas impostas pelo sistema, que têm que ser escrupulosamente cumpridas. -----

-----Disse ainda que não está aqui para fazer política, mas sim, com o fim de participar na vida pública deste Município e cumprir com o seu dever enquanto Vereador eleito pelo povo de Celorico da Beira. -----

-----Ainda relativamente ao protocolo da Coceba questiona de novo sobre o montante do protocolo (42 mil euros anuais) e a diferença dos valores que existem na 6.ª Alteração ao Orçamento, em que o valor é de 142 mil euros. Disse que um dos direitos que o Estatuto da Oposição lhes confere é serem informados de todos os assuntos de interesse para a autarquia e por isso quer saber o porquê deste desfasamento, solicitando uma justificação para este facto.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** solicitou a presença do Técnico Superior, José Tavares, para prestar todas as informações ao Senhor Vereador, que esclareceu que tal se ficou a dever ao facto de só este ano se estar a regularizar a dívida à Coceba, porque só este ano esta Cooperativa emitiu as respectivas facturas, que estão já cabimentadas e que o valor de 140 mil euros constante da 6.ª Alteração ao Orçamento está

errado e que o valor correcto é de 91 mil euros correspondentes aos dois meses de 2007, ano de 2008 e 2009.-----

-----Sobre uma das questões colocadas pelo Senhor Vereador Júlio Santos, relativa ao seguro dos eleitos locais, o Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que os recursos humanos estão a tratar dos procedimentos e caso o Senhor Vereador pretenda alguma informação basta dirigir-se a essa Secção. Relativamente ao balanço da Festa da Castanha referiu que todos os elementos serão disponibilizados para conhecimento dos Senhores Vereadores, na próxima reunião de Câmara. --

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** pretendeu também ser esclarecido sobre a situação laboral do Técnico Superior de Informática, Senhor João Paulo, pretendendo saber qual o trabalho que presentemente desempenha no Centro Cultural.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que o funcionário está a desempenhar as suas funções de Técnico Superior de Informática, no Espaço Internet que funciona no Centro Cultural.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** questiona o Senhor Presidente que ligação existe entre o Centro Cultural e a Câmara, se há algum protocolo que formalize a cedência de espaço e a existir gostaria de consultar esse documento.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** respondeu que existe e numa próxima reunião poderá disponibilizar o referido documento para consulta do Senhor Vereador.-----

-----Relativamente ao pedido de agendamento dos assuntos ditados para a acta pelo Senhor Vereador Júlio Santos, o Senhor Presidente solicitou que formalize o pedido por escrito, nos termos da lei.-----

-----Ainda também sobre o pedido de agendamento dos assuntos propostos pelos Senhores Vereadores para serem presentes a esta reunião, informou que os técnicos da autarquia estavam a reunir toda a documentação necessária para uma correcta análise. -----

-----Sobre o assunto proposto pelo Senhor Vereador Victor Santos, relativo ao licenciamento do lar de idosos de Vila Boa do Mondego, informou que este assunto foge das competências deste órgão, mas que poderá ser consultado pelo Senhor Vereador na Secção de Obras Particulares caso assim o entenda, mas informou que o lar está devidamente licenciado.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** questiona o Senhor Presidente sobre quais as funções que exerce a funcionária D. Ana Maria Pina, bem como quantos Tesoureiros existem no quadro de pessoal da autarquia. -----

-----Tanto quanto sabe, existe somente um lugar de Tesoureiro e assim sendo questiona o porquê de a funcionária D. Ana Maria, Tesoureira de carreira, não estar a desempenhar, actualmente as funções correspondentes a essa categoria.-----

-----Pretendeu também saber porque é que à Tesoureira, D. Ana Maria, não é permitido entrar e sair do seu local de trabalho quando assim o entender. -----

-----Em resposta o Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que face à actual legislação a carreira de Tesoureiro deixou de existir e foram reconvertidos em Coordenadores Técnicos, existindo na Tesouraria da Autarquia duas funcionárias com essa categoria. Em relação ao horário de trabalho esta funcionária tem o mesmo horário que todos os outros funcionários, saindo e entrando da respectiva secção no cumprimento estrito desse horário.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** referiu-se à sentença do Tribunal Administrativo de Castelo Branco, relativa à penhora de 1/3 do vencimento do Senhor Presidente e questionou-o sobre qual tinha sido em concreto o montante, tendo este respondido que neste momento não conseguia precisar o valor. -----

-----O Senhor Vereador continuou dizendo que é da opinião que a deliberação de Câmara tomada no sentido de restituir esse valor ao Presidente é ilegal. -----

-----Neste pressuposto ditou para a acta o seguinte: “Requeiro ao Senhor Presidente para agendar para a próxima reunião de Câmara uma proposta de deliberação com o seguinte título:-----

-----Revogação da deliberação de Câmara que mandou restituir ao Senhor Presidente a verba em que foi condenado a pagar em virtude de não cumprimento da sentença relacionada com a classificação dos funcionários, pelo Tribunal Administrativo de Castelo Branco”. -----

-----Relativamente a esta proposta do Senhor Vereador Júlio Santos o Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que gostaria que fossem recolhidos todos os elementos necessários para uma correcta análise, designadamente o número e a situação dos funcionários que não subiram na carreira, os motivos que levaram a isso e qual o edil responsável na altura por essa situação. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** solicitou ainda um parecer jurídico sobre a existência de responsabilidades imputáveis ao Executivo da altura, que, a existir deverá avançar-se com uma acção judicial, para repor a verdade, bem como os valores. -----

-----Disse que o Senhor Presidente, enquanto responsável pelo Pelouro dos Recursos Humanos, teve uma postura de reconhecimento humano e profissional, permitindo que todos os funcionários subissem nas suas carreiras. -----

-----O Senhor **Presidente** referiu que todo o processo deverá ser presente à próxima reunião, para um conhecimento detalhado de todo o processo até à data, bem como se de facto o Executivo da altura não cumpriu com as suas obrigações, obrigando este Executivo a fazê-lo, tendo sido constituída a Câmara Municipal, na pessoa do seu actual Presidente arguida e condenada pagar aos funcionários. Informou que como na altura a Autarquia passava por dificuldades financeiras a sentença recaiu sobre o Presidente da Câmara com a retenção de 1/3 do seu ordenado até perfazer o total da dívida em causa. -----

-----Para instruir este processo solicitou que fosse pedido parecer jurídico à ANMP e à CCDRC e, caso tenha direito à restituição do valor que foi retido do seu vencimento, irá doá-lo a uma IPSS, a uma Associação de Solidariedade Social ou a pessoas carenciadas deste concelho. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**I - APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA DEZOITO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E NOVE**-----

-----Foi presente a acta número vinte e dois, da reunião do Executivo de dezoito de Novembro de dois mil e nove, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação.--

-----**Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a mesma aprovada por unanimidade.**-----

-----**II - FINALISTAS DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----**ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE PATROCÍNIO DAS ACTIVIDADES DE FINALISTAS**-----

-----Foi presente ofício da Comissão de Finalistas de Celorico da Beira 2009/2010, datado de 20 de Novembro de 2009 solicitando auxílio

monetário para ajudar a pagar ao grupo musical que irá actuar no Baile de Gala a acontecer no dia seis de Março de 2010.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, conceder um subsídio no valor de 1.000€ (mil euros) à Comissão de Finalistas de Celorico da Beira. -----

-----III - **SECÇÃO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO**-----

-----**ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO PRIVADO PARA O ANO DE 2010**-----

-----**Requerente: Ourivesaria Fonseca, Unipessoal, Lda - Celorico da Beira** -----

-----Foi presente informação interna do GTM CN 183/2009, com o registo n.º 3189, datada de 13/11/2009, referindo que o requerente pretende a renovação para o ano de 2010 de um lugar de estacionamento privativo com a área de 9,00m² localizado na Rua Sacadura Cabral, junto à Ourivesaria Fonseca, em Celorico da Beira. -----

-----Informa que tendo por base o Regulamento Municipal de Trânsito da Vila de Celorico da Beira, no seu artigo 44º e 45º não há qualquer inconveniente no deferimento do pedido. -----

-----Em conformidade com o regulamento referido, o lugar privado de estacionamento solicitado implica o pagamento, de uma taxa no valor de 177,96€ (9,00m²x1,62€/metro x 12 meses + 3€ de imposto de selo). -----

-----**Após a análise da informação técnica, a Câmara deliberou, por unanimidade, renovar para o ano de 2010 o lugar de estacionamento privativo à Ourivesaria Fonseca, Unipessoal, Lda, localizado na Rua Sacadura Cabral em Celorico da Beira implicando o pagamento da taxa no valor de 177,96€ (9,00m²x1,62€/metro x 12 meses + 3€ de imposto de selo).**-----

-----**ASSUNTO: PARQUE PRIVADO PARA AUTOCARRO**-----

-----**Requerente: José Almeida Silva – Carrapichana**-----

-----Foi presente informação interna do GTM CN 184/2009, com o registo n.º 3235, datada de 17/11/2009, referindo que o requerente solicita um espaço em frente à sua casa para o estacionamento do autocarro, pretendendo para o efeito, a colocação de placas a indicar “Parque Privado”. Após análise do pedido e deslocação ao local, verifica-se que no lugar indicado não existem lugares de estacionamento definidos, não havendo qualquer pavimento para eventual marcação de lugares de estacionamento, pelo que, o pedido é improcedente, devendo ser indeferido.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que sendo um espaço de domínio público e dadas as condições apresentadas é de opinião que se deva indeferir o pedido. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** disse que apesar de ser um espaço do domínio público nenhum particular tem direitos sobre ele. Na sua opinião não há argumentos para indeferir a pretensão do requerente.-----

-----**Após a análise da informação técnica, a Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra do Senhor Vereador Júlio Santos, indeferir o pedido de conceder um espaço privado para o estacionamento do autocarro bem como, a colocação das respectivas placas de “Parque Privado” para a rua do cemitério, na freguesia da Carrapichana.**-----

-----Declaração de voto contra do Senhor **Vereador Júlio Santos:** -----

-----“Voto contra a proposta porquanto é um direito que o particular tem de requerer um lugar de estacionamento privado. Pelos elementos juntos à proposta não resulta o prejuízo de ninguém. Ademais o requerente propõe-

se pagar uma taxa de ocupação do espaço (coisa que actualmente não acontece) o que era mais uma receita para a Autarquia.” -----

-----**ASSUNTO: APROVAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE PARAGEM DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE COLECTIVO DE PASSAGEIROS NA RUA DO COMÉRCIO, EM CELORICO DA BEIRA – GARE**-----

-----Foi presente informação interna do GTM CN 187/2009, com o registo n.º 3315, datada de 24/11/2009, referindo que após ter sido solicitada a colocação de placas de sinalização de paragem de veículos de transporte colectivo de passageiros na Rua do Comércio em Celorico da Beira - Gare, por se encontrar colocado apenas o abrigo, informa que após deslocação ao local se confirma a inexistência de qualquer placa de sinalização da paragem de veículos de transporte colectivo de passageiros pelo que deverá ser regularizada a situação ao abrigo do D.R. n.º 22-A/98 de 1 de Outubro (aprova o Regulamento de Sinalização de Trânsito).-----

-----Face ao exposto e tendo por base o n.º 1 do artigo 8.º do D.L. n.º 2/98 de 3 de Janeiro, deverá ser aprovada, em reunião de executivo a colocação de dois sinais H20a, devendo os mesmos ser devidamente registados e cadastrados. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação de dois sinais H20a, na Rua do Comércio, em Celorico da Beira - Gare devendo os mesmos ser devidamente registados e cadastrados.**-----

-----**ASSUNTO: APROVAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DIRECCIONAL NO ENTRONCAMENTO AMOREIRAS/VELOSA** -----

-----Foi presente informação interna do GTM CN 188/2009, com o registo n.º 3333, datada de 24/11/2009, referindo que tendo sido solicitado pela Associação de Melhoramentos Cultural Desportiva e Recreativa da Velosa a colocação de um espelho parabólico pelo motivo de não haver visibilidade suficiente no entroncamento Amoreiras/Velosa para quem vem das

Amoreiras e pretende ir na direcção a Celorico da Beira, vem informar que após deslocação ao local verifica-se a falta de visibilidade devido à altura das placas direccionais colocadas no entroncamento. Constatando que as mesmas não cumprem o D.R. n.º 22-A/98 de 1 de Outubro que aprova o Regulamento de Sinalização de Transito, alterado pelo D.R. n.º 41/2002, de 20 de Agosto e pelo D.R. n.º 13/2003, de 26 de Junho, devem as placas direccionais ser substituídas por placas direccionais que cumpram a referida legislação, devendo as mesmas ser de âmbito urbano (J3a). Caso sejam aprovadas em executivo camarário, aquando da colocação das placas direccionais, deverá ser cumprido entre outros artigos das legislações atrás mencionadas, a alínea b) do n.º 8 do art. 13º do D.R. n.º 41/2002, de 20 de Agosto, referindo que dentro das localidades ou quando o sinal está colocado em cruzamentos, entroncamentos ou rotundas, sobre passeios ou vias destinadas a peões, a altura não deve ser inferior a 220 cm. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a sinalização direccional apresentada para o entroncamento Amoreiras/Velosa, substituindo as placas direccionais existentes por placas direccionais de âmbito urbano (J3a).**-----

-----**Mais foi deliberado que deverá ser cumprida a legislação em vigor.**-----

-----**ASSUNTO: LUGARES DE ESTACIONAMENTO NA RUA 25 DE ABRIL, JUNTO AO LABORATÓRIO DE ANÁLISES - APRESENTAÇÃO DE PROJECTO**-----

-----Foi presente informação interna do GTM CN 189/2009, com o registo n.º 3358, datada de 26/11/2009, referindo que tendo sido solicitado por este executivo camarário em 18/11/2009 um estudo conjunto entre alguns técnicos sobre a viabilização da existência de estacionamento e passeios para peões com o respectivo acesso a pessoas de mobilidade condicionada, junto ao laboratório de Análises Clínicas Arêlo Manso,

localizado na rua supra referida, após o laboratório ter solicitado a viabilidade de dois estacionamento, um para deficientes e outro para uso do laboratório, vem apresentar o estudo elaborado. -----

-----Nesse estudo foi contemplado um lugar de estacionamento para pessoas de mobilidade condicionada com a respectiva rampa de acesso ao passeio, e cinco lugares de estacionamento. -----

-----É referido também na informação que um desses lugares públicos de estacionamento poderá ser convertido num lugar privado de estacionamento, para uso do respectivo laboratório, devendo para o efeito o requerente proceder ao pagamento das taxas da área demarcada de 12,50m² (5,00mx2,50m), face à tabela de taxas do Regulamento Municipal de Trânsito da Vila de Celorico da Beira actualmente em vigor, de 1,62€/m² /mês, bem como proceder ao pagamento dos custos inerentes à aquisição da respectiva sinalização (1 sinal H1a + Modelo 10b (LABORATÓRIO DE ANÁLISES – 1 LUGAR)) a colocar pelos serviços externos desta autarquia, no valor de 125,00€ -----

-----**Após a análise da informação técnica, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o projecto apresentado ficando contemplado cinco lugares de estacionamento público, e um lugar de estacionamento para pessoas de mobilidade condicionada com a respectiva rampa de acesso ao passeio, junto ao laboratório de análises clínicas Arêlo Manso, localizado na Rua 25 de Abril em Celorico da Beira.** -----

-----**Mais deliberou e após as obras de realização do projecto apresentado um dos cinco lugares de estacionamento público, seja convertido em lugar de estacionamento privado para o ano 2010 para uso do respectivo laboratório tal como o solicitado, devendo para o efeito o requerente proceder ao pagamento das taxas da área demarcada de 12,50m² (5,00mx2,50m) face à tabela de taxas do Regulamento Municipal de Trânsito da Vila de Celorico de Beira**

actualmente em vigor, de 1,62€/m²/mês, bem como, proceder ao pagamento dos custos da aquisição da respectiva sinalização (1 sinal H1a+Modelo 10b (LABORATORIO DE ANÁLISES_1 LUGAR)) a colocar pelos serviços externos desta autarquia, no valor de 125,00€ -----

-----IV - **SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE UTILIZAÇÃO - 1981 - Herdeiros de António Gomes Ventura – Prados**-----

-----Foi presente requerimento n.º 820, datado de 17/11/2009, em nome de Herdeiros de António Gomes Ventura, pretendendo os requerentes que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em Lameirinhas, freguesia de Prados, inscrito sob o artigo matricial número quinhentos e sete, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81.-----

-----Tendo-se deslocado ao local o fiscal municipal de acordo com a informação, verificou que o mesmo terá sido construído antes de 1981. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 2000. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que o edifício a que os requerentes se referem terá sido executado antes da publicação do RGEU, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a petição dos requerentes.** -----

-----Com base no n.º 3, do art. 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, o Senhor Presidente propôs que este assunto fosse aprovado em minuta.-----

-----**Posto a votação, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar, esta deliberação em minuta.** -----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE UTILIZAÇÃO - 1981 - António de Almeida Guerra - Ribeiro de Mões - S. Pedro** -----

-----Foi presente requerimento n.º 883, datado de 17/11/2009, em nome de António de Almeida Guerra, pretendendo o requerente que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em Ribeiro de Mões, freguesia de S. Pedro, inscrito sob o artigo matricial número dois mil e duzentos, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art. 1º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81.-----

-----Tendo-se deslocado ao local o fiscal municipal de acordo com a informação, verificou que o mesmo terá sido construído antes de 1981. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 2009. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que o edifício a que o requerente se refere terá sido executado antes da publicação do RGEU, a Câmara deliberou aprovar por unanimidade, a petição do requerente.** -----

-----Com base no n.º 3, do art. 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, o Senhor Presidente propôs que este assunto fosse aprovado em minuta.-----

-----**Posto a votação, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar esta deliberação em minuta.**-----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE UTILIZAÇÃO - 1981 -**
Maria Conceição Gomes Albuquerque - Vila Boa do Mondego -----

-----Foi presente requerimento n.º 886, datado de 17/11/2009, em nome de Maria Conceição Gomes Albuquerque, pretendendo o requerente que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em Chães, freguesia de Vila Boa do Mondego, inscrito sob o artigo matricial número trezentos e trinta e sete, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81. -----

-----Tendo-se deslocado ao local o fiscal municipal de acordo com a informação, verificou que o mesmo terá sido construído antes de 1981. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 2009. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que o edifício a que a requerente se refere terá sido executado antes da publicação do RGEU, a Câmara deliberou aprovar por unanimidade a petição da requerente.** -----

-----Com base no n.º 3, do art. 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, o Senhor Presidente propôs que este assunto fosse aprovado em minuta.-----

-----**Posta a votação, a Câmara deliberou por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta.**-----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE UTILIZAÇÃO - 1951 -**
Carlos Armando Figueiredo - Praça de Santa Maria -----

-----Foi presente requerimento n.º 886, datado de 17/11/2009, em nome de Carlos Armando Figueiredo, pretendendo o requerente que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em Praça de Santa Maria, freguesia de Santa Maria, inscrito sob o artigo matricial número setecentos e sessenta e quatro, por o mesmo ter sido construído antes de 1951 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81. -----

-----Tendo-se deslocado ao local o fiscal municipal de acordo com a informação, verificou que o mesmo terá sido construído antes de 1951. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 1987. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que o edifício a que o requerente se refere terá sido executado antes da publicação do RGEU, a Câmara deliberou aprovar por unanimidade, a petição do requerente.** -----

-----Com base no n.º 3, do art. 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, o Senhor Presidente propôs que este assunto fosse aprovado em minuta.-----

-----**Posto a votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta.**-----

-----**ASSUNTO: MAPA DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----A Câmara tomou conhecimento do mapa número onze, de dois mil e nove, elaborado pela Secção de Obras Particulares, contendo a relação,

dos despachos, que recaíram sobre as obras de edificação, anexo à presente acta, ficando dela a fazer parte integrante **(anexo I)**. -----

-----**V - DESPACHO Nº 86/2009**-----

-----**ASSUNTO: DISTRIBUIÇÃO DE PELOUROS**-----

-----Foi presente despacho, que se apensa a esta acta **(anexo II)** e identificado em epígrafe, dando conhecimento que o Senhor Presidente da Câmara no uso da competência que lhe é conferida pelo n.º 2, do art. 69º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, atribui ao Senhor Vereador António Graça Silva os seguintes pelouros:-----

-----Informática;-----

-----Turismo;-----

-----Gabinete de Veterinária;-----

-----Divisão Financeira;-----

-----Gabinete de Apoio ao Munícipe e ao Emigrante.-----

-----Ficam sob a responsabilidade do Senhor Presidente da Câmara a tutela das seguintes unidades orgânicas:-----

-----Gabinete Jurídico;-----

-----Protecção Civil;-----

-----Divisão Administrativa;-----

-----Divisão de Ambiente e Obras Particulares;-----

-----Divisão de Planeamento e Urbanismo;-----

-----Gabinete de Relações Públicas e Comunicação.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento da distribuição dos referidos Pelouros.**-----

-----**VI - GABINETE DE ACÇÃO SOCIAL**-----

-----**ASSUNTO: SITUAÇÃO DE CARÊNCIA**-----

-----Foi presente informação interna do Gabinete de Acção Social, datada de 24 de Novembro de 2009, referindo que foi solicitado a este Município

auxílio económico para compartilhar o pagamento de passes escolares dos alunos abaixo identificados. O pedido é justificado pela situação de carência dos agregados familiares em questão. Após análise dos processos à luz do Regulamento para Situações de Carência deste Município e feita a capitação média mensal nos termos do art. 4.º, os agregados familiares incluem-se em situações de carência, conforme o estipulado no artigo 3.º do mesmo Regulamento. -----

Nome	Idade	Ano de Frequência	Escalão de Abono de Família	Capitação Média Mensal - 2008
Filipe dos Santos Dias	18	12º- Curso Técnico de Gestão	2	165,66€
Luís Filipe Carvalho	16	7º - Curso de Informática	2	207,59€
Stéphanie Bernardo Moceto	17	12º	1	97,60€
Mariana Bernardo Augusto	15	10º	2	250,22€
Rute Isabel Cunha Carvalho	17	11º - Área de Artes Visuais	1	98,77€

-----Face ao exposto, os agregados familiares em questão deverão ser apoiados, de modo a garantir o acesso ao ensino impedindo o abandono escolar destes alunos. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, conceder auxílio económico para compartilhar o pagamento de passes escolares dos alunos supra referenciados.**-----

-----**ASSUNTO: PROPOSTA PARA SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS DE CARÊNCIA - REGULAMENTO CRECHE/ATL/COMPONENTE DE APOIO-**

-----Foi presente proposta, referindo que nos termos do Regulamento Creche/ATL/Componente de Apoio, artigo 12.2 – Mensalidade a Pagar – “O Gabinete de Acção Social analisará o respectivo processo (situação sócio-económica) e mediante análise definirá os valores a pagar, sendo que, o

método para se efectuar a fórmula do respectivo pagamento terá como valor base o salário mínimo nacional. Situações excepcionais de carência serão também objecto de análise por parte do Gabinete de Acção Social". --

-----Tendo em consideração as consequentes dificuldades económico-sociais da população residente neste concelho de Celorico da Beira inserido numa das regiões mais desfavorecidas da Beira Interior, propõe-se que sejam consideradas situações excepcionais de carência todos os agregados familiares cuja capitação mensal seja igual ou inferior a 150,00€.

	Capitação	Comparticipação Mensal	Transporte
Situações Excepcionais	150,00€	25,00€	5,00€
	100,00€	20,00€	4,00€

-----O Senhor **Vereador José Luís** referiu que infelizmente no Concelho existem famílias com carências extremas, que não têm uma situação financeira que lhes permita pagar estes valores e foi a pensar nestes casos que apresenta esta proposta.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** questionou se a receita proveniente destas situações é significativa para a autarquia, a não ser, considera que deveriam ser isentas, porque poderá ser uma pequena receita, mas é de certo um grande esforço financeiro para estas famílias. Disse que se deveria ter em consideração esta isenção para o ano que vem. - -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** solicitou uma cópia do Regulamento em causa. Disse ainda que embora concorde com a proposta referida, vai votar contra com a justificação que apresenta na sua declaração de voto.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Júlio Santos, aprovar as situações excepcionais dos agregados familiares cuja capitação mensal seja igual ou inferior a 150,00€**-----

-----Declaração de voto de vencido do Senhor Vereador Júlio Santos: -----

-----“O meu voto de vencido em relação à proposta não é relativo aos valores envolvidos, aliás sou de opinião do Senhor Vereador Victor Santos que vai no sentido de isenção total deste tipo de situações, não só porque sou contra a existência da Creche Municipal, com efeito a Câmara está a despender verbas avultadas nesta valência quando podia ver o valor das mesmas reduzidas, caso optasse pela realização de um protocolo com uma IPSS do Concelho.” -----

-----**PERÍODO PARA INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do número dois e número cinco do artigo oitenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco – A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro, o Senhor Presidente da Câmara, concedeu um período para intervenção dos munícipes presentes. -----

-----A Senhora D. Ana Maria Pina, funcionária desta autarquia, começou por dizer que a sua presença nesta reunião de Câmara fica a dever-se ao facto de ter solicitado, com carácter de urgência, uma reunião com o Senhor Vereador José Luís Cabral, mas até à presente data nunca ter sido recebida. -----

-----Referiu que talvez o Senhor Presidente não tenha conhecimento do que se passa, porque na altura não estava na autarquia. -----

-----Começou por dizer que logo a seguir às eleições o Senhor Vereador António Silva foi à Tesouraria e a mandou sair, dizendo que não a queria naquele serviço, que fosse para a Secção de Contabilidade. Disse que, na

altura solicitou que o Senhor Vereador colocasse essa pretensão por escrito, bem como os factos que a motivaram. -----

-----Continuou dizendo que se sente hostilizada, sempre pautou a sua conduta, enquanto Tesoureira e funcionária desta autarquia, pelo profissionalismo e integridade e não compreende o porquê desta situação, porque não cometeu nenhum acto ilícito, ou qualquer ilegalidade que possa ter provocado esta atitude, por parte do Senhor Vereador, muito menos o facto de terem trocado a fechadura da porta da Tesouraria enquanto esteve de férias e quando regressou não lhe terem facultado as chaves. Disse que em 33 anos de serviços, 22 dos quais enquanto tesoureira, sempre teve a chave da Tesouraria que agora, está com outra funcionária, pretendendo também saber o porquê desta mudança de atitude.-----

-----Disse que o Senhor Vereador António Silva numa reunião tida com os funcionários do Departamento Financeiro disse que lhe retirava a confiança, tendo ela solicitado que formalizasse por escrito essa situação porque tinha plena consciência que não tinha cometido qualquer crime ou acto ilícito que suscitasse essa atitude.-----

-----De seguida e referindo-se em concreto à classificação de serviço agradeceu ao Senhor Vereador pelo facto de lhe ter dado excelente, mas lamenta o facto de por causa de uns míseros euros, aos quais tinha pleno direito, relativos aos retroactivos referentes ao seu reposicionamento na carreira, se ter criado esta situação insustentável, para ambas as partes.----

-----Afirmou que efectivamente depois de muitos volte-faces acabou por receber os retroactivos a que tinha direito.-----

-----Referiu que é a única Tesoureira Especialista de carreira apesar de hoje em dia ter outra nomenclatura, depois da entrada em vigor da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro. -----

-----Por último, disse que pretendia clarificar a sua situação pretendendo saber qual o motivo e o porquê de lhe ter sido retirada a confiança, bem como lhe ser negada a posse das chaves da Tesouraria. Disse que precisa de trabalhar e frisou que sempre foi uma funcionária exemplar e elogiada

por todos os seus superiores e como ser humano merece, como todos os funcionários desta autarquia, respeito. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por dizer que não percebia o porquê de tanta indignação por parte da funcionária, mas que tinha todo o direito a expressar a sua opinião. -----

-----Continuou dizendo que a funcionária em questão sempre foi tratada com todo o zelo por este Executivo, bem como todos os outros, que sempre teve como princípio, o escrupuloso cumprimento dos direitos dos funcionários, quer em termos de reposicionamento remuneratório, quer no acesso à formação e qualificação. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** começou por dirigir umas palavras à funcionária, elogiando a sua coragem, para de seguida se dirigir ao Senhor Presidente e dizer que o que aqui foi relatado a ser verdade era muito grave e que merecia por parte do Senhor Presidente, no mínimo um inquérito de averiguações dos factos. -----

-----Sobre o assunto o Senhor **Vereador Júlio Santos** considera que o que aqui foi exposto, para conhecimento do executivo é uma situação muito grave, que expressa a prepotência e o abuso de poder por parte de um eleito local, para com um funcionário público. -----

-----Neste pressuposto, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que faça todos os possíveis para que esta situação da D. Ana Maria seja resolvida, porque a funcionária é conhecedora dos seus direitos e deveres e caso não o faça, só há uma via a seguir, a jurídica. -----

-----Reiterou que dentro da legalidade a situação seja reposta. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que este assunto era interno e era internamente que deveria ser tratado. Contudo perante as palavras da funcionária que os acusa de perseguição vê-se obrigado a tecer

alguns considerandos. Parece-lhe claro que todos os funcionários da autarquia gostariam de estar na situação de perseguidos, uma vez que a mesma teve direito a reposicionamento remuneratório e classificação de excelente. -----

-----Referiu que a palavra perseguição, tem significados diferentes consoante a época em que se situe; noutros tempos, perseguição, era abrir valas e fechar funcionários em salas, com uma única cadeira para se sentarem, mas parece que os tempos mudaram e ainda bem, porque actualmente perseguição é receber mais ordenado, é receber horas extras e ter classificação de excelente. -----

-----Por último disse que irão analisar este processo internamente e vão analisá-lo à luz dos deveres e dos direitos devidos a todos os funcionários desta autarquia, porque os assuntos do foro interno não devem ser discutidos em reunião de Câmara. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por dizer que tinha na sua posse uma acta do dia 18 de Setembro de 2009, referente a uma reunião com todos os colaboradores do Departamento Financeiro e onde estava também presente o Técnico Oficial de Contas da autarquia, onde foram relatadas um conjunto de situações, entre elas o facto de D. Ana Maria, em locais públicos, referir que tinha na sua posse documentos internos da autarquia. Nesta sequência também solicitou que o Senhor Presidente abrisse um inquérito para averiguar esta situação, uma vez que se afigura um claro atropelo dos deveres de sigilo e zelo por parte da funcionária. -----

-----Disse que nada tem contra a D. Ana Maria e a prova disso é que lhe deu excelente, em detrimento de outros funcionários tão meritórios como a D. Ana Maria, dessa nota e que em nada se coaduna com a situação de perseguição relatada. Relativamente ao pagamento dos retroactivos, disse que sempre que falava com ele sobre este assunto, informava-a que não

tinha o pelouro dos recursos humanos e como tal não lhe competia tomar esse tipo de decisões. -----

-----Disse que a classificação de excelente foi dada com base no facto de a D. Ana Maria sempre ter sido uma pessoa dedicada à causa pública e o mínimo, que se podia fazer era atribuir-lhe uma nota que a compensasse por todo o trabalho em prol desta autarquia, porque a funcionária expressou o seu desejo em se reformar. Disse que reconhece que a presença da funcionária nesta reunião foi um acto de coragem, mas também deveria ter sido um acto pensado.-----

-----Disse ainda que da sua parte nunca existiu qualquer perseguição a nenhum funcionário desta autarquia, porque essa não é a sua forma de estar na vida política e refuta as palavras da funcionária relativamente ao facto de se ter deslocado à Tesouraria para lhe dizer “saia daqui”. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que pretendia não se manifestar sobre este assunto, até porque como foi dito pelo Senhor Vereador José Luís este assunto é do foro interno da autarquia e era aí que deveria ser tratado. No entanto, gostaria de fazer algumas perguntas à funcionária em questão, designadamente em que data foi promovida, se teve classificação de excelente, se recebeu todos os retroactivos a que teve direito, se alguma vez este Executivo lhe faltou ao respeito, se recebeu por várias vezes elogios ao seu trabalho por parte deste Executivo, se fazia as horas extras que desejava, sem nunca ter sido impedida de o fazer, fosse ou não necessário para o serviço, recebendo a respectiva compensação em horas. -----

-----A funcionária respondeu que tudo o que o Senhor Presidente disse era verdadeiro e que o Senhor Presidente da Câmara e Executivo nunca lhe tinham faltado ao respeito, mas considera que merecia ser tratada de outra forma. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** perante a resposta da funcionária deu como encerrado o assunto, frisou que sempre trataram a D. Ana Maria, bem como todos os funcionários desta autarquia com todo o respeito.-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram treze horas e trinta minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----